

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



PSDB lança hoje pré-candidatura de Paula Belmonte ao GDF

A deputada distrital Paula Belmonte definiu seu caminho para 2026. Depois de uma última conversa na tarde de ontem, a parlamentar acertou a filiação ao PSDB. Paula esteve com o presidente nacional do partido, deputado Aécio Neves (MG), e com o ex-presidente da legenda, o ex-governador de Goiás Marconi Perillo, e recebeu o aval para, ao ingressar no PSDB, concorrer ao Palácio do Buriti nas próximas eleições. A filiação será oficializada em solenidade marcada para hoje, às 19h, no Ascade. Aécio vai lançar a pré-candidatura de Paula Belmonte ao Governo do Distrito Federal.

Divulgação/TCDF



Visita institucional

Uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente do BRB, Nelson Antonio de Souza, é visitar as instituições. Ele esteve, ontem, com o presidente do Tribunal de Contas do DF, Manoel de Andrade, para se apresentar e se colocar à disposição para ajudar nas auditorias em curso na Corte, sob a relatoria da conselheira Anilceia Machado, sobre as operações do BRB com o Banco Master.

Câmara Legislativa cria Conselho LGBTI+

A Câmara Legislativa aprovou, ontem, a criação do Conselho Distrital de Proteção e Promoção de Direitos das Pessoas LGBTI+ (CDLGBTI+). O projeto, de autoria do Executivo, estabelece que será um colegiado permanente, de caráter consultivo, vinculado ao órgão gestor da Política de Promoção de Direitos Humanos do DF. O objetivo é garantir o pleno exercício da cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, intersexuais e demais dissidências de gênero e sexualidade, além de propor políticas públicas, encaminhar denúncias de LGBTfobia e elaborar o Plano Distrital LGBTI+. O projeto recebeu o voto contrário dos deputados conservadores Martins Machado (Republicanos), Iolando (MDB), Pastor Daniel (PP) e João Cardoso (Avante). Thiago Manzoni (PL) e Roosevelt Villela (PL), também da linha mais à direita, não participaram da votação.



Emocionado

O deputado distrital Fábio Félix (PSOL), eleito com a bandeira LGBTQIA+, fez um discurso elogiando a medida. E se emocionou ao falar das dificuldades que enfrentou "depois que saiu do armário", aos 16 anos. "Com nenhum discurso, eles podem negar a nossa cidadania, até porque o Estado é laico, precisa ser plural, precisa respeitar todas as pessoas. Não vamos voltar para o armário, não vamos tolerar LGBTfobia. Queremos políticas públicas, porque queremos pessoas LGBT respeitadas e vivas todos os dias", discursou o parlamentar mais votado da história da Câmara Legislativa.

Arquivo Pessoal



Olhares desde o Cerrado

O Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Senado Federal, recebe entre os dias 8 e 19 de dezembro a exposição da artista plástica Maria Lúcia Sigmarina, a Malu Sig. A mostra *Olhares desde o Cerrado* nasce da interseção entre arte, propósito e

superação. É resultado de um processo contínuo, construído em várias vertentes, que destaca as belezas de Brasília. Malu Sig usa técnicas de pintura acrílica para retratar os multicoloridos ipês e os estonteantes pares do Sol na capital do país. Também desenvolveu uma técnica aguada para as obras abstratas.

Releitura e reabilitação

Criada em Brasília, Malu Sig faz a releitura das obras do arquiteto Oscar Niemeyer e de Athos Bulcão. Mas é nas pinturas abstratas que a artista revela e provoca sentimentos e sensações fortes. Malu é jornalista, formada pela UnB, e servidora aposentada do Senado. Em 2020, a carreira foi interrompida abruptamente por um AVC. Na reabilitação, ela se reencontrou com a arte e passou a ampliar os conhecimentos artísticos com arte em mosaico, pinturas acrílicas e aguadas. Agora, a artista retrata na mostra profundas emoções.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

REAJUSTE / Em encontro com Ibaneis Rocha no Palácio do Buriti, ontem, policiais civis, militares e bombeiros agradeceram o apoio institucional e parlamentar para a assinatura da MP que garante o aumento salarial das categorias

Forças de segurança celebram acordo

» CARLOS SILVA

R representantes das forças de segurança do Distrito Federal se reuniram ontem, no Palácio do Buriti, para tratar do avanço na recomposição salarial de policiais civis, militares e bombeiros. O encontro ocorreu após a assinatura, na segunda-feira, da Medida Provisória da Segurança Pública e do Projeto de Lei das Carreiras, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que garante o reajuste para as categorias a partir de 2025. As lideranças das corporações agradeceram o apoio institucional e parlamentar que viabilizou o acordo.

Durante a reunião, integrantes do governo local e das corporações destacaram que o reajuste repõe perdas acumuladas e representa um marco para a valorização dos profissionais de segurança. O governador Ibaneis Rocha (MDB-DF) disse que, apesar da conquista do reajuste, seguirá em busca da paridade salarial com a Polícia Federal. "Na medida do possível, conseguimos um avanço muito grande ao longo desses sete anos, mostrando que é possível remunerar melhor as forças de segurança", afirmou.

O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, assinalou que o resultado "sintetiza o empenho de todas as áreas envolvidas em fazer o processo avançar". "É uma briga que levamos muitos anos

para consolidar nesse ato do governador, de encaminhar a mensagem, inclusive, propondo isonomia da Polícia Civil com a Polícia Federal, trazendo também a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros para um ponto de equilíbrio", destacou.

A medida provisória concede reajustes nos salários das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, além de militares dos ex-territórios federais. Os aumentos, que variam conforme a patente e a carreira, serão pagos em duas parcelas, em dezembro de 2025 e janeiro de 2026.

Para a Polícia Civil (PCDF), o aumento varia entre 27,27% (categoria especial) e 24,43% (terceira categoria). As corporações e o governo local optaram por uma distribuição diferenciada por patente, resultando em aumentos que variam de 19,6% a 28,4%, no acumulado até 2026.

No caso de policiais militares e bombeiros dos ex-territórios federais (Amapá, Rondônia, Roraima e servidores remanescentes da Guanabara), o reajuste linear é de 24,32%. A medida também atualiza o auxílio-moradia para essas categorias, com reajuste de 11,5% em cada uma das duas etapas. Em ambos os casos, o pagamento será dividido igualmente entre 2025 e 2026.

Próximos passos

A medida provisória segue,



Integrantes do governo local e das corporações destacaram que o reajuste repõe perdas acumuladas

agora, para análise no Congresso Nacional e deve ser votada ainda este ano. Como tem força de lei, o ato tem efeito imediato, com validade de 120 dias. São 60 dias de validade, prorrogáveis por mais 60. Para ser aprovada, a MP precisa somente de maioria simples (metade mais um dos presentes no plenário).

No Congresso, o clima era de comemoração, mas também de ressalvas em relação ao ritmo de negociações até assinatura do reajuste. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) classificou o reajuste salarial das forças de segurança do Distrito Federal como resultado de "uma luta de muitos meses".

Segundo ele, esta foi a primeira vez que um aumento previsto para fevereiro só foi concretizado no fim do ano. "Faltou articulação entre o GDF e o governo federal", afirmou.

Para Fraga, o impasse aumentou a ansiedade dentro das corporações: "A inquietação era muito grande, todo mundo estava chateado pela demora". Apesar das críticas, o parlamentar destacou que a aprovação via medida provisória foi decisiva para garantir rapidez.

"Fizemos questão de que o aumento viesse em forma de MP, e não de projeto de lei. O efeito é imediato. Acho que, agora, se encerra esse período de insegurança. O

importante é que saiu", assinalou.

A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) reforçou que a recomposição representa um gesto concreto de valorização. "Isso fortalece o sentimento de pertencimento, reduz a evasão e cria condições mais favoráveis para atrair e manter bons servidores." Ela avaliou que o reajuste corrige defasagens históricas acumuladas pelas corporações, especialmente entre 2019 e 2022, quando a inflação chegou a 32% e os aumentos ficaram bem abaixo desse índice.

Para a parlamentar, o avanço é relevante, mas não encerra as demandas da categoria. "É uma conquista importante após anos de

perdas, mas a luta pela valorização plena continua. Segurança pública envolve também efetivo, equipamentos, infraestrutura e saúde mental. Enquanto eu estiver no Senado, essa pauta seguirá como prioridade", comentou.

Correção histórica

Em cerimônia no Palácio do Planalto, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que a valorização salarial é parte fundamental da política de segurança pública. "Valorizar não é apenas entregar armas e equipamentos, é dar melhores condições de trabalho, aumentos para compensar a inflação", declarou.

Waldez Góes, ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, destacou que a MP corrige uma distorção histórica. "Definitivamente, os militares bombeiros e policiais militares do Distrito Federal, Amapá, Roraima, Rondônia e Guanabara são tratados de forma similar", explicou, referindo-se à equiparação com os policiais do DF, que antes necessitavam de emendas legislativas específicas para receber reajustes equivalentes.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, ressaltou que "o governo cumpre assim as suas obrigações constitucionais com a capital e com os ex-territórios, valorizando os agentes de segurança pública".